ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

ORGANISMO AUTÓNOMO DE FUTEBOL, SDUQ, LDA.

RELATÓRIO & CONTAS 2024/2025

RELATÓRIO E CONTAS

Exmo. Sócio Único

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias apresentamos à vossa apreciação o Relatório de Gestão e as contas do exercício findo em 30 de junho de 2025, correspondente à época desportiva 2024/2025.

1 –INTRODUÇÃO

A Associação Académica de Coimbra OAF Sduq, Ldª., doravante designada de SDUQ, é uma sociedade unipessoal por quotas que tem origem numa imposição legal, através do Decreto-Lei nº 10/2013, o qual, estabelece a obrigatoriedade da constituição de uma sociedade exclusivamente para a prática desportiva em que intervém o Futebol Profissional e o seu capital é detido em 100% pelo clube que lhe deu origem, a Associação Académica de Coimbra OAF.

À data do encerramento de contas e no seguimento do plano de recuperação aprovado em Março de 2023, encontra-se o mesmo em curso.

Nesse sentido, analisando a época desportiva 2024.2025, cumpre-nos apresentar aos sócios a imagem da mesma.

2 – EVOLUÇÃO DAS CONTAS NO PERÍODO EM ANÁLISE - 1.JULHO.2024 a 30.JUNHO.2025

Mantendo os princípios instituídos, no sentido de obter o maior rigor e exactidão na apresentação das Contas do exercício em análise, foram os mesmos respeitados no presente Relatório.

Este Relatório demonstra, de forma fiel, a informação existente na contabilidade e traduz a verdade das contas da época em análise.

O **Activo Líquido**, regista o montante de 551.219,77€, o qual, quando comparado com o da época anterior, regista um decréscimo de cerca de 35% e resulta essencialmente do movimento ocorrido na rubrica de Outros Créditos a Receber, através do registo de imparidades no montante de 232.613,98€.

Quanto ao **Passivo Geral**, temos que o montante de 4.546.575,76€ resulta dos valores líquidos de dívidas a Fornecedores, Financiamentos Obtidos, ao Estado e Outros Entes Públicos, e ainda a Outras Dividas a Pagar.

Refira-se que o saldo da rubrica **Estado e Outros Entes Públicos** aquando da elaboração do presente relatório, apresenta um valor em dívida junto da AT no montante total de 16.368,43€, para o qual foi apresentado um pedido de pagamento em prestações, tendo sido deferido no montante de 13.496,94€, por um período de 24 meses e que, não obstante estar a ser cumprido o seu pagamento ainda não foi suspenso o respetivo processo de execução fiscal, por estar a aguardar a prestação de garantia através de hipoteca do pavilhão, propriedade do sócio único a AAC/OAF. Está em curso o pagamento da restante quantia no montante de 2.871,49€ para a completa regularização dos montantes em dívida.

Quanto à Segurança Social, apresenta nesta data um valor em dívida no montante de 30.148,67€, para o qual, está esta gerência a negociar com esta entidade a concretização de um plano de pagamento, com vista à sua regularização. Cumpre-nos ainda informar que esta dívida teve origem nos processamentos efetuados após a nossa tomada de posse e que respeitam a pagamentos de épocas anteriores e também desta que agora estamos a encerrar, para os quais os respetivos processamentos não tinham ainda sido efetuados.

A rubrica "**Outras Dividas a Pagar**" engloba o registo dos acréscimos contabilísticos efetuados no procedimento de encerramento de contas, bem como, incorpora o montante de 1.351.068,09€ cujo credor é o sócio único AAC/OAF, decorrente dos empréstimos feitos à SDUQ.

3 –RENDIMENTOS E GASTOS

Na Estrutura de Gastos iremos analisar as rubricas expurgando-as dos efeitos associados à elaboração e execução do Plano de Recuperação e outros efeitos extraordinários, como segue:

Na rubrica **Fornecimentos e Serviços Externos** o montante cifrou-se em 435.070,86€, o qual, quando comparado com a época anterior regista uma diminuição de cerca de 10,68%.

A rubrica **Gastos com o Pessoal** regista o montante de 537.419,67€ e incorpora todos os gastos efetivos com Atletas, Treinadores, Pessoal Restante, bem como o processamento de subsídios em falta, o qual, quando comparado com a época anterior regista uma diminuição de cerca de 10,85€.

Quanto aos **Gastos de Financiamentos** registam o montante de 28.059,15€ e respeitam a juros de mora.

A rubrica **Outros Rendimentos** regista o montante de 717.210,31€, e para este montante em muito contribuíram as receitas de publicidade, as quais, ascenderam ao montante de 286.545€, sendo o restante valor obtido através de direitos sobre atletas no montante de 374.750€ e Outros rendimentos.

De referir ainda o registo de imparidades no montante de 245.651,98€ como gasto.

4 – RESULTADOS

Do acima exposto, resultou um **Resultado Líquido do Período**, após impostos,

negativo de 441.143,15€.

5 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Desde já manifestamos plena disponibilidade para apresentar e debater com o nosso sócio todas as rubricas do presente Relatório e Contas do exercício findo a 30 de junho de 2025, baseado no rigor e total transparência de procedimentos, cujo resultado final se traduziu num resultado negativo de **441.143,15€** propondo que seja mantido na conta de **Resultados Transitados**.

6 – SITUAÇÃO FACE AO ARTº. 35 DO CÓDIGO DAS SOCIEDADE COMERCIAIS

Resultando das contas que metade do capital social se encontra perdido, implicando um capital próprio negativo em 3.995.355,99€. Apresentou a Gerência um pedido de insolvência da empresa o qual foi homologado encontrando-se em curso o respetivo plano de recuperação, através do qual, esperamos vir a inverter esta situação dentro de um espaço temporal consistente com o referido plano.

7 – EVOLUÇÃO PREVISIVEL

O controlo da despesa tem sido mantido para garantir o cumprimento dos compromissos com os trabalhadores, credores e fornecedores, um princípio que deverá nortear a gestão da AAC-OAF SDUQ.

Já no decorrer da presente temporada, até a data da elaboração deste relatório, estamos a assistir a um novo paradigma no que concerne a novos patrocínios gerados por uma expectativa que a Gerência da Sociedade e, sobretudo, a Direção do clube tem trazido de credibilidade perante antigos, atuais e novos parceiros. Leva-nos a crer, que com um grau de certeza muito elevada, estejamos, dentro de um ano, a apresentar um resultado significativamente superior no capítulo da receita.

8 – NOTA FINAL

Agradecer a todos os membros dos órgãos sociais, sem exceção, a sua dedicação em prol do clube. Quer dos anteriores que cessaram funções em Junho de 2025 quer dos atuais que lhes coube a missão de encerrarem estas contas.

Por fim, resta-nos agradecendo a todos os sócios, trabalhadores, parceiros, e patrocinadores a disponibilidade em ajudar e colaborar com a Académica, em particular nesta fase sensível da nossa História. Estamos fortemente empenhados em, dentro de um ano, já podermos demostrar novos elementos que consolidem este propósito de recuperação financeira, desportiva e estrutural.

Coimbra, 3 de Novembro de 2025

A Gerência,

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA
Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ Ldª.

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA - OAF SDUQ, LDA

BALANÇO INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2025

(Euro)

RUBRICAS	NOTAS	Época 2024/2025 30-06-2025	30-06-2024 (Reexpresso)
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos Fixos Tangiveis	8	729,14	1 458,07
Ativos Intangiveis	9	1 337,82	0,00
Outros investimentos financeiros	11	9 571,40	9 571,40
		11 638,36	**11 029,47**
Activo corrente			
Clientes	12	217 824,50	231 418,03
Estado e outros entes publicos	17	15 878,62	3 074,30
Outros creditos a receber	13	258 984,25	545 506,61
Diferimentos		6 894,71	250,00
Caixa e depósitos bancários	5	39 999,33	57 898,21
		539 581,41	**838 147,15**
Total do Activo		**551 219,77**	**849 176,62**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	14	500 000,00	500 000,00
Outros Instrumentos Capital Proprio	19	6 548 317,97	6 548 317,97
Resultados Transitados	18	-10 627 530,81	-9 775 709,64
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Proprio		25 000,00	25 000,00
Resultado liquido do período		-441 143,15	-816 344,39
Total do Capital Próprio		**-3 995 355,99**	**-3 518 736,06**
Passivo			
Passivo não corrente			
Fornecedores		136 987,15	159 567,36
Estado e outros entes públicos	17	1 505 066,76	1 667 776,68
Financiamentos Obtidos	15	151 141,53	166 793,71
Outras Dividas a Pagar	16	593 845,38	665 585,78
Total do Passivo não Corrente		**2 387 040,82**	**2 659 723,53**
Passivo Corrente			
Fornecedores		112 746,26	95 132,02
Adiantamento de Clientes		21 875,00	31 875,00
Estado e outros entes públicos	17	324 264,16	378 974,93
Financiamentos Obtidos	15	28 260,91	17 826,09
Outras Dividas a Pagar:	16	**1 672 076,11**	**1 184 381,11**
AAC/OAF (Sócio)		1 351 068,09	705 307,34
Outros		321 008,02	479 073,77
Diferimentos		312,50	0,00
Total do Passivo Corrente		**2 159 534,94**	**1 708 189,15**
Total do Passivo		**4 546 575,76**	**4 367 912,68**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**551 219,77**	**849 176,62**

Coimbra, 30 de Junho de 2025

O Contabilista Certificado

Cedula Profissional nº 49438 **(OCC)**

A GERÊNCIA

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA OAF, SDUQ, LDª.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 30-06-2025

(Euro)

RUBRICAS	Notas	2024-2025	2023-2024
ACTIVIDADES DE OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		1 035 112,52	468 243,94
Pagamentos a Fornecedores		-618 910,05	-158 925,36
Pagamentos ao Pessoal		-530 532,82	-254 064,36
Caixa gerada pelas operações		**-114 330,35**	**55 254,22**
Outros Recebimentos/Pagamentos		-481 043,07	-348 117,50
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**-595 373,42**	**-292 863,28**
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Outras operações de financiamento		661 287,69	294 239,71
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		-5 217,00	-434,78
Juros e gastos similares		-28 059,15	-18 757,85
Outras operações de financiamento		-50 537,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**577 474,54**	**275 047,08**
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		**-17 898,88**	**-17 816,20**
Efeitos das diferenças de câmbio		**0,00**	**0,00**
Caixa e seus equivalentes no início do período		**57 898,21**	**75 714,41**
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**39 999,33**	**57 898,21**

Coimbra, 30 de Junho de 2025

O Contabilista Certificado

Cédula Profissional nº 49438(OCC)

A GERÊNCIA

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA - OAF SDUQ, LDA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

(Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Época 2024/2025 2024/2025	2023/2024 (Reexpresso)
Vendas e serviços prestados	22	35 636,49	41 589,78
Subsidios à exploração		79 181,82	97 841,96
Fornecimentos e serviços externos	23	-435 070,86	-487 088,15
Gastos com pessoal	21	-537 419,67	-602 842,47
Imparidades (Perdas/Reversões)	13	-245 651,98	-145 012,23
Provisões (Aumentos/Reversões)		0,00	0,00
Outros rendimentos	25	717 210,31	314 201,84
Outros gastos	24	-26 241,18	-10 523,47
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**-412 355,07**	**-791 832,74**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	-728,93	-728,93
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**-413 084,00**	**-792 561,67**
Juros e gastos similares suportados	20	-28 059,15	-23 782,72
Resultado antes de impostos		**-441 143,15**	**-816 344,39**
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado liquido do período		**-441 143,15**	**-816 344,39**

Coimbra, 30 de Junho de 2025

O Contabilista Certificado
Cedula Profissional nº 49438 (OCC)

A GERÊNCIA

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA OAF SDUQ, LDª.

Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período N em 30 de Junho de 2025

(Euro)

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital										
			Capital Subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros inst. de capital próprio	Prémios emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes revalorização	Ajustamentos/O. V. capital próprio	Resultado líquido período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6		500 000,00		6 548 317,97				(9 775 709,64)		25 000,00	-816 344,39	-3 518 736,06
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					0,00				-35 476,48			0,00	-35 476,48
	7		0,00	0,00	6 548 317,97	0,00	0,00	0,00	-35 476,48	0,00	0,00	0,00	-35 476,48
RESULTADO LÍQUIDO PERÍODO	8											-441 143,45	-441 143,45
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											(441 143,45)	-476 619,93
Outras operações					0,00				-816 344,39			816 344,39	0,00
	10		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-816 344,39	0,00	0,00	816 344,39	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6+7+8+10		500 000,00	0,00	6 548 317,97	0,00	0,00	0,00	-10 627 530,51	0,00	25 000,00	-441 143,45	-3 995 355,99

Coimbra, 14 de Outubro de 2025

O Contabilista Certificado

Cedula Profissional nº 49438 (OCC)

A Gerência

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA OAF SDUQ, LDª.

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período N-1 em 30 de Junho de 2025

(Euro)

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital										
			Capital Subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros inst. de capital próprio	Prémios emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes revalorização	Ajustamentos/O. V. capital próprio	Resultado líquido período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	1		500 000,00		6 548 317,97				(11 142 546,29)		25 000,00	1 571 280,01	-2 497 948,31
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									-204 443,36		0,00	0,00	-204 443,36
	2		0,00	0,00	6 548 317,97	0,00	0,00	0,00	-204 443,36	0,00	25 000,00	0,00	-179 443,36
RESULTADO LÍQUIDO PERÍODO	3											-816 344,39	-816 344,39
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											-816 344,39	-995 787,75
Outras Operações									1 571 280,01			1 571 280,01	0,00
	4				0,00				1 571 280,01			1 571 280,01	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6=1+2+3+4		500 000,00	0,00	6 548 317,97	0,00	0,00	0,00	-9 775 709,64	0,00	25 000,00	-816 344,39	-3 518 736,06

Coimbra, 14 de Outubro de 2025

O Contabilista Certificado

Cedula Profissional nº 49438 (OCC)

A Gerência

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, LDA., teve a sua constituição em 21 de Junho de 2013, tendo o início de atividade ocorrido em 01 de Julho de 2013, por imposição legal através do Decreto-Lei nº 10/2013 e tem como sócio único o clube fundador a Associação Académica de Coimbra-Organismo Autónomo de Futebol, é uma pessoa coletiva de direito privado, dura por tempo indeterminado e tem a sua sede na Rua Infanta D. Maria, nº 23, em Coimbra.

A Entidade dedica-se ao exercício de Atividades dos Clubes Desportivos – Futebol Profissional, com o CAE nº 93120

2 - REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial Contabilístico:

As demonstrações financeiras foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Dec. Lei nº. 158/2009, de 13 de Julho.

2.2 – Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

3 - ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2013 na data da sua constituição.

4 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

4.1 – MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO:

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

4.2 – ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que se encontram disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta e de acordo com o seu período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	3
Outros ativos fixos tangíveis	8

4.3 – ACTIVOS INTANGIVEIS:

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de propriedade sobre os passes de jogadores, acrescidos de prémios de assinatura de contrato e respetivos encargos patronais, bem como, dos montantes pagos a intermediários pela celebração dos respetivos contratos, e estão refletidos no balanço ao custo de aquisição.

Dada a especificidade de cada um dos ativos contabilizados, optou-se por efetuar amortizações anuais de acordo com a duração de cada contrato, pelo que as taxas aplicadas variam consoante o tempo em que vigorar cada um dos contratos.

4.4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas pelo seu custo amortizado. Sempre que há lugar a imparidade destas contas, as mesmas são estabelecidas quando se verifica evidência objetiva da impossibilidade de recebimento da totalidade dos montantes em dívida, sendo a mesma reconhecida na demonstração de resultados.

4.5 – EMPRESTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que os custos líquidos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando a taxa efetiva. Estes empréstimos estão classificados como passivo corrente e não corrente, consoante a exigibilidade de liquidação for ou não superior a 12 meses.

4.6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas coletivas (IRC) à taxa de 20%. É ainda aplicada uma taxa de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável, bem como são tributados autonomamente os encargos previstos no art. 88ª. do Código do IRC, às taxas também aí regulamentadas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e cinco para a Segurança Social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que os prazos podem ser alargados ou suspensos.

A Sociedade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

4.7 - IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador de que os ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a existência e dimensão da perda por imparidade. Quando não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor das unidades geradoras de caixa a que esse ativo pertence.

4.8 - ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o pressuposto do acréscimo, independentemente da data/momento do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor não seja conhecido são estimados.

4.9 - RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos e é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

4.10 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4.11 - JUÍZOS DE VALOR, PRESSUPOSTOS CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As entradas e saídas de meios monetários, as suas origens e destinos, ocorridas durante o período de relato, estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa não havendo qualquer limitação ao seu uso nem interferência com entidades relacionadas que alterassem o seu controlo ou a sua disponibilidade.

O caixa e seus equivalentes, incluem caixa e depósitos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço no passivo corrente, na rubrica Financiamentos Obtidos.

O valor inscrito no Balanço é constituído por dinheiro e depósitos bancários e é imediatamente realizável e sem risco de flutuações de valor, conforme se demonstra:

	2023-2024	2024-2025
Caixa	0	0
Depósitos à ordem	57 893	39 994
Outros Depósitos Bancários	5	5
Total Balanço	**57 898**	**39 999**

6 – ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2025, foram registados valores na conta resultados transitados por respeitarem a épocas anteriores, os quais decorrem de documentos não considerados na especialização efetuada em exercícios anteriores as quais podem ser analisadas pelo mapa seguinte:

DF´2023/2024	Valor aprovado	Ajustamentos	Valor Final
Balanço:			
Resultado Líquido do Exercício	-792 388	-23 956	-816 344
Total ajustado		**-23 956**	
Passivo Não Corrente			
Fornecedores	170 965	-11 397	159 567
Estado e Outros Entes Publicos	373 950	5 025	378 975
Financiamentos Obtidos	179 402	-12 609	166 794

Outras Contas a Pagar	534 504	131 082	665 586
Total ajustado		**112 101**	
Passivo Corrente			
Fornecedores	83 734,84	11 397,18	95 132,02
Financiamentos Obtidos	5 217,36	12 608,73	17 826,09
Outras Contas a Pagar	610 155,65	-131 081,88	479 073,77
Total ajustado		**-107 076**	
Demonstração de Resultados:			
FSE	-468 157	-18 932	-487 088
Juros e Gastos Similares Suportados	-18 758	-5 025	-23 783

7- Partes Relacionadas

Como referido a entidade é participada por outra pessoa coletiva, a AAC-OAF que detém 100,00 % do capital.

7.1 Remuneração do pessoal chave da gestão:

Ao longo da época que terminou em 30.06.2025 os membros da direção não receberam qualquer tipo de remuneração nem tiveram outros benefícios equiparados.

7.2 Transações entre partes relacionadas e saldos pendentes:

As transações entre a Entidade e Entidade relacionada ocorridas durante a época de 2024/2025, e os saldos registados em 30 de junho de 2025, são apresentados nos quadros que se seguem:

SALDOS PENDENTES	Empresa-Mãe	2023-2024	2024-2025
Conta de acionistas/sócios	Saldo Credor	705 307	1 351 068
Conta cliente		0	8 101

VALOR DAS TRANSAÇÕES	Empresa-Mãe	2023-2024	2024-2025
Rendas e alugueres		60 000	60 000
FSE - ECC		0	46 278
Outras operações		697 576	645 761

Devemos referir ainda que com base num contrato estabelecido entre as partes, o qual, contempla a utilização por parte da SDUQ dos equipamentos desportivos, administrativos, médicos e viaturas do Clube, foi acordado o pagamento do montante de 60.000,00 para a época em causa, o qual, já se encontra considerado nos gastos deste exercício e relevado em acréscimos de gastos.

8 – ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS

Os ativos fixos tangíveis podem ser analisados pelo mapa que se segue:

Em 30 de Junho de 2024, podem ser analisados os movimentos pelo mapa que se segue:

Descrição	Terrenos	Edifícios	Equip. básico	Equip. transp.	Equip. adm.	Outros	TOTAL
Valor bruto no início	0	0	0	0	2 866	4 165	7 031
Depreciações acumuladas	0	0	0	0	2 866	2 707	5 573
Saldo no início do período	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1458**	**1458**
Total de aumentos	0	0	0	0	0	0	0
Total de diminuições	0	0	0	0	0	0	0
Depreciações do período	0	0	0		0	0	0
Outras transferências						0	0
Saldo no fim do período	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Em 30 de Junho de 2025, podem ser analisados os movimentos ocorridos pelo mapa que se segue:

Descrição	Terrenos	Edifícios	Equip. básico	Equip. transp.	Equip. adm.	Outros	TOTAL
Valor bruto no início	0	0	0	0	2 866	4 165	7 031
Depreciações acumuladas	0	0	0	0	2 866	2 707	5 573
Saldo no início do período	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1 458**	1 458
Total de aumentos	0	0	0	0	0	0	0
Total de diminuições	0	0	0	0	0	0	0
Depreciações do período	0	0	0		0	729	729
Outras transferências						0	0
Saldo no fim do período	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**729**	**729**

9 – ATIVOS INTANGIVEIS

O valor apresentado nesta rubrica, no montante de 1.337,82€ respeita ao desenvolvimento em curso da plataforma informática Itowin, cuja conclusão está prevista ocorrer na época 2025/2026.

10 – CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos por aplicação do princípio da especialização dos exercícios. Durante o período não foi capitalizada qualquer importância em ativos relativa a custos de empréstimos obtidos

11 – OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A empresa detém em 30-06-2025, uma participação na Caixa Agrícola contabilizada pelo método do custo no montante de 500,00 €, sendo que esta participação também era detida em 30-06-2024.

Em 30-06-2025 e 30-06-2024 a empresa detinha unidades de participação no "Fundo de Compensação do Trabalho", valorizadas ao justo valor por € 9.071,40€ e 9.071,40€, respetivamente.

12 – CLIENTES

Em 30 de Junho de 2025 e 2024 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte decomposição:

Clientes	2023-2024	2024-2025
Clientes c/c	231 418	217 825
Clientes c/ títulos a pagar	0	0
Clientes cobrança duvidosa	1 836 474	1 849 512
Imparidades de clientes	-1 836 474	-1 849 512
Totais	**231 418**	**217 825**

13 – OUTROS CREDITOS A RECEBER

Em 30 de Junho de 2025 e 2024 os montantes reconhecidos na rubrica "Outros Créditos a Receber" decompunham-se da seguinte forma:

Outras Contas a Receber	2023-2024	2024-2025
Acréscimo de Proveitos	96 091	85 008
Outros devedores	751 968	735 925
Saldos devedores fornecedores	49 653	11 684
Adiantamentos ao pessoal	17 930	28 533
Acionistas (Sócios)	0	0
Imparidades de outros devedores	-370 135	-602 165
	545 507	258 984

No período findo em 30 de Junho de 2024 foram registadas imparidades no montante de 122.299,26€ e no período findo em 30 de Junho de 2025 foram reconhecidos 232.613,98€ de imparidades na Demonstração de Resultados, relacionadas com esta rubrica.

14 – CAPITAL

O capital social no montante de 500.000,00, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

15 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os empréstimos podem ser analisados pelo mapa que se segue, respeitam a financiamentos e saldos bancários, e estão integralmente valorizados em euros e vencem juros a taxas de mercado.

Corrente	2023-2024	2024-2025
Empréstimos bancários	17 826	28 261
Descobertos bancários	0	0
Outros Financiamentos	0	0
Totais	**17 826**	**28 261**
Não Corrente	**2023-2024**	**2024-2025**
Empréstimos bancários	54 348	49 131
Outros Financiamentos	112 446	102 011
Totais	**166 794**	**151 142**

16 – OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

Em 30 de Junho de 2025 e 2024 o detalhe das importâncias reconhecidas em "Outras Dividas a Pagar" era o seguinte:

Corrente	2023-2024	2024-2025
Pessoal	77 331	73 058
Fornec. Investimentos	14 646	14 646
Acréscimos de gastos	76 504	120 189
Acionistas (Sócios)	705 307	1 351 068
Outros credores	310 592	353 492
Totais	**1 184 381**	**1 672 076**
Não Corrente	**2023-2024**	**2024-2025**
Acréscimos de gastos	665 586	593 845
Totais	**665 586**	**593 845**

17 – ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

O movimento ocorrido nesta rubrica pode ser analisado pelo quadro que se segue:

Estado e Outros Entes Públicos	2023-2024	2024-2025
Ativo		
IRC - Pagamento Especial por conta	-1 777	0
IRC - Retenções na fonte	0	0,16
IVA a recuperar	-1 297	15 878
Totais	**-3 074**	**15 878**
Passivo		
Corrente		
IRS - Trabalho dependente/independente	176 514	150 356
IVA	7 489	0
Segurança Social	187 552	166 489
Fundo compensação	7 419	7 419
Totais	**378 975**	**324 264**
Passivo		
Não Corrente		
Autoridade Tributária	1 122 702	1 013 170
Segurança Social	545 075	491 897
Totais	**1 667 777**	**1 505 067**

18 – RESULTADOS TRANSITADOS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 30 de Junho de 2025 e 2024 podem ser analisados como se segue:

Resultados Transitados	2023-2024	2024-2025
Saldo Inicial	-11 142 546	-9 775 710
Aplicação Resultados	1 601 271	-816 344
Regularizações/Ajustamentos exercícios anteriores	-234 434	-35 477
Totais	**-9 775 710**	**-10 627 531**

19 – OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento reconhecido nesta rubrica resultou da conversão do crédito do sócio único em prestações suplementares, conforme definido no plano de insolvência homologado judicialmente em Abril de 2023.

20 – GASTOS DE FINANCIAMENTO LIQUIDOS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 30 de Junho de 2025 e 2024 podem ser analisados como se segue:

Gastos Financeiros	2023-2024	2024-2025
Juros e gastos similares suportados	2	0
Juros de mora	23 780	28 059
Outros Juros	1	0
Totais	**23 783**	**28 059**

21 – GASTOS COM O PESSOAL

Em 30 de Junho de 2024 e 2025 a repartição dos gastos com o pessoal foi a seguinte:

Gastos com Pessoal	2023-2024	2024-2025
Salários	404 049	378 733
Contribuições	71 845	62 225
Outros	126 949	96 462
Totais	**602 842**	**537 420**

O número médio de empregados ao serviço da empresa, no exercício, foi de:

Atletas e Equipa técnica	**15**
Restantes	**8**
Total	**23**

22 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Esta rubrica pode ser analisada pelo mapa que se segue:

	2023-2024	2024-2025
Bilhetes de Jogo	39 085	35 636
Prestações de Serviços	2 505	0
Totais	**41 590**	**35 636**

23 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os movimentos da rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" tiveram a seguinte decomposição:

Rubricas	2023-2024	2023-2024
Trabalhos especializados	65 247	40 899
Publicidade e propaganda	6 300	8 400
Vigilância e segurança	50 674	39 900
Honorários	142 319	155 023
Comissões	1 351	844
Conservação e reparação	33 823	14 378
Outros	1 802	667
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	68	0
Material de escritório	31	252
Artigos p/ Oferta	0	2 760
Deslocações e estadas	65 285	31 506
Rendas e alugueres	87 661	108 209
Comunicação	377	1 092
Seguros	4 374	3 461
Limpeza, higiene e conforto	5 429	9 000
Outros	22 347	18 682
Totais	**487 088**	**435 071**

24 – OUTROS GASTOS

O movimento ocorrido nesta rubrica pode ser analisado no quadro que se segue:

Outros Gastos	2023-2024	2024-2025
Impostos e taxas	2 540	3 955
Outros Gastos e Perdas	7 984	22 286
Totais	**10 524**	**26 241**

25 – OUTROS RENDIMENTOS

Em 30 de Junho de 2025 e 2024 a composição dos outros rendimentos foi a seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos	2023-2024	2024-2025
Publicidade	220 206	286 545
Alienações e Direitos desportivos	20 400	374 750
Outros	73 596	55 915
Totais	**314 202**	**717 210**

26 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

26.1 – Existe a responsabilidade solidária perante os credores da AAC/OAF, conforme disposto no nº 4 do artº. 22º do DL 10/2013 e pelas dividas fiscais e à segurança social referentes ao período anterior à reorganização e até ao limite dos ativos que tenham sido transferidos, de acordo com o artº. 7º da Lei 103/97.

26.2 – Os Honorários do Revisor Oficial de Contas são respeitantes exclusivamente à revisão das contas anuais e, importaram na época 2023/2024 em 2.400,00 e na época 2024/2025 em 2.400,00.

26.3 – Resultando das contas que metade do capital social se encontra perdido, implicando um capital próprio negativo em 3.995.355,99€, situação que se tem vindo a agravar sucessivamente, e encontrando-se esgotado o modelo de financiamento previsto nos estatutos, a gerência deliberou a apresentação do sócio único à insolvência na época 2022/2023, encontrando-se em curso nesta data o plano de recuperação homologado, da SDUQ.

26.4 – Existe um ativo por doação, mais concretamente, um autocarro doado pela empresa BE CLAW, Ldª., que não se encontra refletido nas contas apresentadas, face, à dificuldade de obter valores de mercado, já que, o mesmo não se encontra em condições de ser utilizado, em virtude das reparações de que necessita, encontrando-se a entidade a aguardar a libertação da penhora que pende sobre o mesmo, com vista ao seu abate.

26.5 – À data de 30 de Junho de 2025 o valor em dívida à AT importava no montante de 16.368,43€ para os quais foi solicitado e deferido um plano prestacional no montante de 13.496,94€, encontrando-se a pagamento o valor de 2.871,49€. Importa referir que este plano ainda não suspendeu os respetivos processos de execução fiscal, por se encontrar a aguardar a prestação de garantia a efetuar por hipoteca do pavilhão, propriedade do sócio único. Quanto à Segurança Social, o montante em dívida naquela data importava em 30.148,67€, para o qual a atual gerência está a negociar um plano de pagamento com esta entidade, no sentido de proceder à sua regularização. Importa esclarecer que este valor tem origem em processamentos efetuados no mês de Junho de 2025 e referem-se a valores pagos e não processados em épocas anteriores, bem como na época em curso.

27– ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Através da sentença de 06.10.2025 foi decidida a improcedência dos embargos de terceiro, no processo de insolvência do sócio único, aguardando-se assim, a homologação do referido plano de insolvência.

28. Outras informações

28.1 - A gerência apresenta no seu relatório de gestão a seguinte proposta de aplicação de resultados negativos em 441.143,15€.

- Que sejam mantidos na conta de Resultados Transitados, para cobertura de prejuízos.

29- Autorização de emissão das DF's:

As contas foram aprovadas pela gerência no dia 3 de Novembro de 2025.

Coimbra, 3 de Novembro de 2025

O Contabilista Certificado
Cédula Profissional nº. 49438 (OCC)
António Amaral

A GERÊNCIA

RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

Exmo. Sócio e

Exma. Gerência da

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA – ORGANISMO AUTÓNOMO DE FUTEBOL, SDUQ, LDA.

Exm°s. Senhores,

O presente relatório destina-se à Gerência da **ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA – ORGANISMO AUTÓNOMO DE FUTEBOL, SDUQ, LDA.** (a Entidade) em resultado do trabalho que realizámos no âmbito da nossa auditoria destinada à Certificação Legal das Contas dessa Entidade relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2025.

Este documento não substitui os documentos oficiais de fiscalização e certificação das contas, destinando-se apenas a providenciar a VV. Ex.ªs informação adicional sobre o trabalho que desenvolvemos, principais conclusões obtidas e apresentação de recomendações que possam contribuir para a melhoria da qualidade da vossa informação financeira.

Na presente data emitimos também o documento de Certificação Legal das Contas.

I – Procedimentos de Auditoria

1. A nossa auditoria foi desenvolvida ao longo de todo exercício económico com base na leitura em Gabinete das atas da Assembleia Geral e tratamento analítico sistemático dos balancetes trimestrais da sociedade, com o objetivo de acompanhar a evolução da sua atividade e o grau de realização dos direitos e obrigações e identificar saldos e transações que pela sua natureza e/ou montante devessem merecer atenção especial da auditoria;
2. Quando considerámos adequado, solicitámos e obtivemos da Gerência e dos Serviços as informações necessárias ao esclarecimento de diversas questões suscitadas nos nossos exames e, durante o exercício, além de visitas casuísticas para tratamento de temas específicos, realizámos duas ações de trabalho de campo de âmbito geral nas quais realizámos testes e procedimentos substantivos destinados a documentar o nosso trabalho e obter prova interna de suporte às nossas conclusões.
3. O nosso trabalho de campo incluiu:

3.1. Entrevistas com os principais responsáveis e realização de testes de conformidade para confirmação das respostas obtidas, com o objetivo de avaliar o Sistema de Controlo Interno (SCI) implementado na Entidade, o qual não se encontra formalizado em documento escrito;

3.2. Testes de conformidade ao sistema informático, para confirmação de que os diversos módulos (imobilizado, salários e comercial) registam de forma apropriada e integral as operações efetuadas e que os seus outputs são adequadamente vertidos no software central de contabilidade;

3.3. Análise da documentação de suporte às compras e confirmação direta da titularidade de bens sujeitos a registo e de eventuais ónus ou encargos incidentes sobre estes bens; Inspeção física dos bens de valor mais significativo constantes do ficheiro de ativos fixos;

3.4. Análise e testes dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;

3.5. Análise das operações e saldos com as entidades relacionadas;

3.6. Análise das estimativas contabilísticas efetuadas pela Entidade, nomeadamente as referentes às depreciações e amortizações do Ativo Fixo, aos encargos a pagar ao Pessoal, a Imparidades e Contingências e a outros Acréscimos e Diferimentos;

3.7. Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;

3.8. Confirmação do adequado tratamento contabilístico dos impostos diferidos;

4. No período de encerramento das contas, além da obtenção de prova externa das relações e operações realizadas com dois bancos cujas respostas conciliámos com as reconciliações elaboradas pela entidade, procedemos à circularização de amostras representativas de saldos das contas a receber e a pagar, cujas respostas conciliámos com os registos contabilísticos.

   Nos casos em que não obtivemos resposta, realizámos os procedimentos alternativos possíveis.

5. Ainda para confirmação das conclusões obtidas na prova interna solicitámos e obtivemos,

5.1. Da Autoridade tributária e da Segurança Social, informação de que não foi possível obter declarações de que a Entidade apresenta naquelas instituições a sua situação regularizada, atentos os factos divulgados na nota 26.5 do Anexo e ponto 2 do Relatório de Gestão;

5.2. Dos advogados que identificámos nas contas da Entidade, relação dos processos sob seu patrocínio que possam constituir direitos, responsabilidades ou

contingências que não tivessem sido por nós identificadas, bem como honorários em dívida;

5.3. Da Gerência da Entidade, a Declaração do Órgão de Gestão prevista na ISA 580.

6. Por fim, procedemos

6.1. à verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;

6.2. à apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Entidade e que se encontram divulgadas no anexo e

6.3. à apreciação do relatório de gestão incluindo a proposta de aplicação dos resultados apresentados pela Gerência, o qual satisfaz os requisitos legais e verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício;

II – Conclusões e recomendações

Em consequência do trabalho efetuado, e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida na modalidade de relatório com reservas e com incerteza relacionada com a continuidade, entendemos dever deixar as seguintes notas à ponderação dos responsáveis:

1. Por nem todos os rendimentos de publicidade se encontrarem suportados por contrato escrito, não nos foi possível fazer a correspondência entre os rendimentos escriturados e os valores que eventualmente constam ou deveriam constar dos mesmos.

2. Pelas n/ cartas de recomendações foram comunicadas à Gerência algumas insuficiências de registo, arquivo e controlo interno das quais podem advir encargos para a entidade;

3. Foram registados vários movimentos financeiros de entrada e de saída tendo apenas como documento suporte cópia do extrato bancário com a identificação dos terceiros;

4. Foram identificados movimentos em bancos por contabilizar de entrada no valor de 3,3 m€ e de saída no montante de 35,6 m€ desconhecendo-se as rubricas de contrapartida dos respetivos movimentos nas demonstrações financeiras;

5. Mantem-se em contas a receber e a pagar valores "a regularizar" em contas 278 com saldos devedores de 27 m€ e saldos credores de 1,8 m€. Estando por analisar e contabilizar em conta firme, desconhecendo-se as rubricas de contrapartida dos respetivos movimentos nas demonstrações financeiras;

6. Não obtivemos contrato ou acordo de suporte à faturação entre a Entidade e o Sócio Único referentes à cedência de pessoal da primeira ao segundo.

Na expectativa de que o presente relatório seja aceite como um contributo para a melhoria da v/ organização reiteramos o nosso agradecimento pela atenção e colaboração que nos tem sido dispensada.

Coimbra, 05 de novembro de 2025

Leal & Associado
SROC, Lda

representada por

Sousa Leal
ROC 616

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da sociedade **Associação Académica de Coimbra-Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, Lda**, (a Entidade), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2025 (que evidencia um total de 551.220 euros e um total de capital próprio negativo de 3.955.356 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 441.143 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 3 da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Associação Académica de Coimbra-Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, Lda**, em 30 de junho de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Por não terem sido obtidos os respetivos documentos de suporte, não se encontram refletidos na contabilidade movimentos bancários de saída no montante de 35,6 milhares de euros e de entrada no montante de 3,3 milhares de euros, e encontram-se em contas a regularizar valores a débito de 27 milhares de euros e a crédito de 1,8 milhares de euros. Pelo mesmo motivo, desconhecem-se as rubricas de contrapartida dos respetivos movimentos nas demonstrações financeiras.
2. Por nem todos os rendimentos de publicidade se encontrarem suportados por contrato escrito, não nos foi possível fazer a correspondência entre os rendimentos escriturados e os valores que eventualmente constam ou deveriam constar dos mesmos.
3. Os procedimentos de auditoria planeados foram limitados pelo facto de não terem sido obtidas diversas respostas aos pedidos de confirmação externa de saldos. Não foi possível efetuar procedimentos alternativos conclusivos relativos a saldos nos montantes de 121, 59, 44 e 21 milhares de euros, relativos às rubricas de Outras dívidas a pagar, Outros créditos a receber, Fornecedores e Clientes, respetivamente, pelo que não nos podemos pronunciar quanto a

eventuais ajustamentos que poderiam ser considerados necessários. Também, por a contabilidade do Sócio Único não se encontrar fechada à data de referência das demonstrações financeiras, não nos foi possível apurar eventuais ajustamentos que poderiam ser considerados necessários na rubrica Outras contas a pagar – AAC/OAF (Sócio) do passivo, da qual obtivemos resposta superior em 120 milhares de euros, baseada em elementos contabilísticos provisórios.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Sem afetar a opinião expressa na secção "Opinião com reservas" acima, chamamos a atenção para os pontos 1 e 6 do Relatório de Gestão e nota 26.3 do Anexo às demonstrações financeiras onde a Gerência refere a debilidade da situação líquida apresentada pelas demonstrações financeiras e o plano de recuperação em curso, após apresentação da Entidade à insolvência.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas

conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 3 da secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Coimbra, 05 de novembro de 2025

Leal & Associado
SROC, Lda

representada por

Sousa Leal
ROC 616

Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas de 2024/2025 da Associação Académica de Coimbra, Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, Lda.

Nos termos da lei e dos estatutos, vimos, enquanto membros do Conselho Fiscal (CF) da Associação Académica de Coimbra, Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, Lda. ("entidade"), submeter à consideração dos Associados o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, de Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa e o Anexo relativos ao exercício findo em 30 de junho de 2025.

No âmbito das nossas funções:

1. Acompanhámos a atividade desenvolvida pela entidade desde que tomámos posse no dia 12 de junho de 2025, tendo feito diversas reuniões do órgão e participado em reuniões da Direção e com o Contabilista Certificado da entidade, nas quais se discutiram diversos aspetos de natureza económica e financeira relativos à época de 2024/2025.
2. Analisámos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2025, tendo procedido às confirmações consideradas adequadas e possíveis. Salienta-se a reexpressão dos comparativos das demonstrações financeiras, na sequência dos ajustamentos a reclassificações contabilísticos relativos a exercícios anteriores (detalhadas na nota 6 do Anexo). Considerando a redação das reservas constantes na certificação legal das contas, cremos que as limitações do âmbito do trabalho de auditoria aí referidas poderão vir a originar regularizações contabilísticas adicionais em exercícios posteriores.
3. Tomámos conhecimento de que se encontram valores em mora à Segurança Social e à Autoridade Tributária, tal como divulgado na nota 26.5 do Anexo, assim como de alguns atrasos no pagamento a credores.
4. Analisámos o Relatório de gestão elaborado pela Direção, que sempre se esforçou em responder às questões que colocámos. A prestação de contas relativa a exercícios em que a Direção não esteve em funções envolveu sérias dificuldades na obtenção e tratamento tempestivo da informação, o que contribuiu para o incumprimento do prazo de apresentação do Relatório e Contas de 2024/2025 à Assembleia Geral.

O CF entende que a organização administrativa da entidade, à semelhança da realização de programas e ações com resultados mais visíveis, é fundamental para ultrapassar a situação económica e financeira difícil da entidade.

O CF entende que o Relatório e Contas, com as reservas mencionadas na certificação legal das contas, representa razoavelmente a situação económica e financeira da entidade à data de 30 de junho de 2025, pelo que reúne as condições para ser aprovado.

Coimbra, 6 de novembro de 2025

Daniel Taborda	Ana Rosa Pais	Miguel Gouvea	Sousa Leal
(presidente)	(vogal)	(vogal)	(vogal ROC)